

"Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil", de Mary del Priore

"Intimate stories: sexuality and eroticism in the history of Brazil", from Mary del Priore

Juliana Amaral

FMP

Petrópolis, RJ, Brasil

A sociedade atual possui, ainda, um enorme tabu em relação ao sexo. A falta de debate sobre sexualidade nos lares e nas instituições, rendidos pela vergonha, contribui para que ainda hoje haja repressão da sexualidade feminina pela família, pela igreja e pela escola; sobrevalorização patriarcal da virgindade feminina; e um grande tabu sobre o fantasmagórico orgasmo feminino. Em relação a este último, uma pesquisa realizada em 2014 nos Estados Unidos demonstrou que a taxa de ocorrência média em experimentar o orgasmo durante a atividade sexual com um parceiro familiar foi de 62,9% entre as mulheres solteiras e 85,1% entre os homens solteiros, o que aponta uma diferença significativa (GARCIA et al., 2014).

Tal comportamento feminino pode ser explicado por Martin (2006), pois as mulheres passam por um processo de fragmentação do ser para tornarem-se seres sexualmente femininos, pois ao perceber que será julgada por um homem e que as suas perspectivas de vida dependem desse julgamento, ela aprende a se julgar primeiro, o que gera uma dualidade na consciência feminina. Dessa forma, as mulheres sofrem uma alienação das partes de seu eu muito mais intensamente que os homens, o que gera repercussões em sua vida sexual, visto que os homens alcançam o clímax muito mais frequentemente que as mulheres.

Porém, o cenário sexual brasileiro já teve dias muito piores no que concerne à repressão da sexualidade feminina, e é em seu livro *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* que a autora Mary del Priore mostra como sexualidade e erotismo passaram de assuntos terminantemente proibidos na comunidade a um dos temas mais comentados da sociedade atual.

Mary Del Priore é uma consagrada historiadora brasileira, professora e pesquisadora inquieta. Escreveu, organizou ou colaborou em várias publicações nacionais e internacionais. Tem contribuído significativamente na compreensão da história do Brasil, especialmente, no que tange às cotidianidades e ao universo feminino.

Mas, comecemos nossa viagem em sua obra pela capa do livro. De um duplo sentido inigualável, ela nos instiga através da imagem de uma enorme abertura de fechadura, que remete tanto a situações de intimidade que poderiam ser observadas por um curioso, quanto à metáfora de uma genitália feminina como “porta do inferno e entrada do Diabo” (PRIORE, 2011, p. 32).

No primeiro capítulo, intitulado “Da Colônia ao Império”, a autora inicia sua discussão ao mostrar que, entre os séculos XVI e XVIII, havia uma sobreposição da coletividade à individualidade; e que a noção de intimidade era outra bem diferente da conhecida atualmente. Naquela época, como a vida cotidiana era regulada por leis imperativas, as práticas relacionadas ao sexo e ao erotismo eram estabelecidas pelo grupo no qual o sujeito estava inserido. Vale ressaltar que a palavra *erótico*, dicionarizada na França, em 1566, não possuía o sentido atual, pois designava o que tinha relação com o amor ou procedia dele.

No Brasil, nos primeiros séculos da colonização, a ideia de privacidade não existia, visto que só em 1718 houve a dicionarização da palavra, significando “uma pessoa que trata só de sua pessoa, de sua família e de seus interesses domésticos”. Segundo o jesuíta Raphael Bluteau, e, quase cem anos depois, o frei Joaquim de Santa Rosa, privado era “o que pertencia a uma particular pessoa”. À época, as fechaduras eram caras, e as casas não eram lugares reservados.

Negras e índias andavam seminuas, porém seus seios eram vistos apenas como “aparelhos de lactação” e sua nudez era explicada pela pobreza material e cultural em que viviam. À medida que os índios resistiam à chegada dos portugueses, maior era sua satanização. Aos olhos dos colonizadores, a nudez do índio era semelhante à nudez animal, sem vergonha ou pudor, e vesti-lo significaria afastá-lo do mal e do pecado. Em contrapartida, as mulheres brancas eram mantidas afastadas e vestidas com decoro, porém, não importando a classe social ou a raça da mulher, ela sempre provocava curiosidade nos homens.

A Igreja controlava o comportamento matrimonial, tornando o casamento despido de erotismo e sexualidade. Aliada à Igreja, a medicina tratava a paixão como uma doença que causava muitos malefícios e que devia ser tratada com chás, unguentos e alguns alimentos. Porém, por mais que a Igreja tentasse controlar as práticas sexuais, havia transgressões, principalmente dos homens, que tinham suas esposas em casa e, na rua, as amásias. Por esse comportamento, a autora nomeia o século XIX de “Um século hipócrita”, título do segundo capítulo.

Segundo a autora, nesse século vivia-se entre a beataria e a libertinagem, em que confessionários e sacristias eram locais de encontro de práticas sexuais rápidas. Os médicos se preocupavam em higienizar as relações entre os casais, para que gerassem filhos saudáveis e bonitos. Como se acreditava que o sêmen extraía o que havia de mais puro no sangue masculino, alguns manuais da

época orientavam a cópulas rápidas, de modo a não desgastar por demais o homem. De qualquer forma, o sexo não era visto como instrumento de prazer, apenas de procriação, com a Igreja, inclusive, proibindo o coito interrompido em seu *Manual do Confessor*. O homem, então, acumulava as funções da garantia de um bom esperma, da fecundação vigorosa e do controle do prazer da sua esposa. Trazendo para a atualidade, podemos destacar ainda semelhanças, visto que se um casal não consegue ter filhos, põe-se em dúvida a virilidade do homem. Ademais, o homem ainda é visto como a figura responsável pelo prazer da mulher, o que é enraizado na cultura machista de que o prazer feminino deve ser alcançado junto a um homem, desencorajando a masturbação feminina.

Em suma, o século hipócrita reprimia o sexo, vigiava a nudez e impunha regras aos casais, mas, por outro lado, era obcecado pelo tema, olhava pelas fendas das portas e liberava os bordéis. Porém, o século XX começa com as “primeiras rachaduras no muro da repressão”, intitulado o terceiro capítulo do livro. As mudanças trazidas pela República e pelos ideais da modernidade imprimiram uma nova percepção do corpo, este agora não mais escondido pelo excesso de roupas e véus. A mulher moderna quebrava tabus ao despir as pernas e outras partes do corpo. O desenvolvimento tecnológico da impressão, no final do século XIX, permitiu a reprodução da fotografia em larga escala, o que incentivou, no início do século XX, a pornografia e o erotismo, possibilitando o acesso do grande público. O jornal *O Rio Nu*, fundado em 1900, reunia a pornografia das primeiras décadas do século XX, além de conter piadas maliciosas, canções e poemas de duplo sentido. O livro traz várias imagens que mostram gravuras e fotografias da época, e uma delas é a capa de *O Rio Nu* de nove de março de 1910, em que há uma mulher nua e um homem vestido agarrando-a, intitulado “o cúmulo da delicadeza”, demonstrando a fixação daquela época pelo nu.

Entretanto, toda essa liberdade foi seguida de repressão e vigilância. A medicina novamente cumpria seu papel de conter os excessos por meio de livros que valorizavam a virgindade e orientavam quanto aos cuidados que os homens deveriam ter na noite de núpcias. Porém, sabia-se que novos tempos chegavam, haja vista a elaboração, na década de 30, dos manuais de educação sexual. Em 1935 foi lançado o guia “*Educação sexual, guia para os pais e professores, o que precisam saber, como devem ensinar*” que falava de assuntos como higiene e resguardo dos órgãos sexuais, preparação para a puberdade e doenças venéreas.

Uma das questões muito presentes nessa época era o aborto, tolerado pela Igreja até o século XIX, pois se acreditava que a alma só existia no feto masculino após quarenta dias da concepção e no feminino após oitenta dias. A medicina da época falava do aborto como ato brutal e hediondo, cabível de punição moral ou legislativa. Ademais, acreditava-se que o produto da concepção não pertencia só à mãe, mas também ao Estado, e tudo se complicava se o aborto fosse fruto de uma

relação extraconjugal, visto que, à época, uma “mulher de família” não teria tal conduta. Porém, pesquisas sobre quem abortava indicam que eram poucas as amantes e muitas mães de família: mulheres casadas, com vários filhos e que impediam o crescimento da já numerosa família.

Durante o Estado Novo, a ideia de “coesão social para fortalecer a pátria” foi muito valorizada, com um modelo de família contrário à imoralidade, à indolência e à sensualidade. O papel da mulher não era na rua, mas sim em casa e cuidando do lar. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país passou por grandes mudanças, como o crescimento urbano e a industrialização. Porém, ainda havia grande distinção entre os papéis masculinos e femininos. “Se o país acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado por campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade” (PRIORE, 2011, p.160).

Tal comportamento feminino também pode estar relacionado à ideia de que as mulheres estão intrínseca e intimamente envolvidas com a família – ambiente de funções naturais e corporais, logo, inferiores – e os homens estão envolvidos no mundo do trabalho – espaço de funções culturais e mentais, logo, superiores. Há também alegações biológicas sobre as mulheres, como a menstruação e a menopausa, que são usadas frequentemente para justificar essa estratificação social baseada no gênero (MARTIN, 2006).

Nos anos 50, as mulheres deveriam seguir regras, amplamente publicadas em revistas para o público feminino, sobre como agradar seus maridos. Na época, a separação dos casais não dissolvia os vínculos conjugais e nem admitia novos casamentos, além de ser a grande ameaça, já que as mulheres dependiam econômica e socialmente de seus maridos, e as separadas eram malvistas. Apesar de muita coisa já haver mudado, muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos atualmente pelos mesmos motivos de meados do século XX, o que mostra a perpetuação da submissão feminina por todos esses anos.

Entre os anos 60 e 70, ocorreu a “revolução sexual”, em que a sexualidade deixava de ser algo misterioso, com maior aceitação do sexo fora das relações heterossexuais e monogâmicas tradicionais, e da pílula por homens e mulheres, além do ato sexual deixar de servir exclusivamente à procriação e o orgasmo feminino começar a ser explorado.

Em meio a todo esse cenário e no auge do governo militar, surge, nos anos 70, a pornochanchada, gênero de filmes populares caracterizados por cenas de nudez e baixa qualidade formal e cultural. Esses filmes tiveram importância na modificação da sociedade, visto que eles retratavam casamentos ridicularizados, maridos traídos e virgindades perdidas.

A moda teve papel importante ao lançar as minissaias, os biquínis e os calções, o número de divórcios aumentou, as relações homoafetivas conquistaram espaço – e ainda conquistam atualmente -, e revistas do público feminino passaram a falar abertamente sobre sexo e orgasmo.

Apesar de todas essas mudanças na sociedade, cabe ressaltar que o Brasil, em alguns aspectos, ainda encontra-se no século XX, pois o país possui o machismo, a misoginia, a homofobia e a cultura do estupro muito entranhados na sociedade, além do aborto ainda ser penalizado da mesma forma que em 1940. Mary del Priore finaliza o seu livro convidando-nos a uma reflexão sobre o que ganhamos e o que perdemos com esses avanços. Para ela, tivemos uma rápida e profunda fratura nos nossos costumes. Felicidade, amor e prazer se tornaram obrigatórios. Buscamos incessantemente privacidade e intimidade, apesar de cada vez mais sermos narcisistas e exibidos, precisando dizer a todos o quanto somos felizes, amados e realizados sexualmente. Não há garantias de relações duradouras, pois o medo de compromissos mais sérios tornou tudo provisório, descartável, instantâneo e fácil de ser substituído (LIMA, VASCONCELOS e GOMES, 2012).

Por fim, a historiadora nos faz refletir sobre as nossas práticas. Para ela, somos indivíduos de muitas caras: virtuosos e pecadores; em público, civilizados e no privado, sacanas; liberais e machistas; permissivos e autoritários; severos com os erros dos que não conhecemos, mas indulgentes com os nossos; em grupo, politicamente corretos, mas racistas e homofóbicos na intimidade; exigentes dos direitos, mas relapsos no cumprimento dos deveres; divididos entre a integração e a proteção dessas várias identidades, que constituem as contradições do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

GARCIA et al. Variation in Orgasm Occurrence by Sexual Orientation in a Sample of U.S. Singles. **J Sex Med**, The Netherlands, v.11, n.11, p. 2645-2652, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jsm.12669/pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LIMA, D. A.; VASCONCELOS, I. C. O. de; GOMES, C. A. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 667-678, maio/ago. 2012.

MARTIN, E. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 384p.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

Av. Barão do Rio Branco, 1003
Centro - Petrópolis - RJ
(24) 2244-6497

revistaintervozes@fmpfase.edu.br
www.fmpfase.edu.br